



Acta Scientiarum. Human and Social Sciences

ISSN: 1679-7361

ISSN: 1807-8656

actahuman@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Frezzatti Jr., Wilson Antonio

Théodule Ribot: a liberdade em face da hereditariedade e da memória

Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 40, núm. 1, 2018, Enero-, pp. 1-12

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v40i1.37999>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307359048005>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en [redalyc.org](http://redalyc.org)

[redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal  
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso  
abierto



# Théodule Ribot: a liberdade em face da hereditariedade e da memória

Wilson Antonio Frezzatti Jr.

*Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Rua da Faculdade, 2550, 85903-000, Toledo, Paraná, Brasil.  
E-mail: wfrezzatti@uol.com.br*

**RESUMO.** O filósofo e psicólogo francês Théodule Ribot pretendia estabelecer uma psicologia experimental, ou seja, uma psicofisiologia, e, para isso, precisava superar a psicologia fundada na noção de alma. As tradicionais noções de alma imortal, de consciência, de vontade e de livre arbítrio, entre outras, são substituídas por fenômenos fisiológicos. O objetivo deste trabalho é pensar a liberdade humana num contexto no qual fatores deterministas, como a hereditariedade e a memória, são preponderantes. Ribot considera que a antítese entre determinismo e liberdade é insolúvel no âmbito científico, uma vez que ela é uma questão metafísica. Entretanto, a psicologia deve renunciar à metafísica e esta, por sua vez, deve perecer em razão de suas próprias contradições. Há, no pensamento de Ribot, um ceticismo em relação àquilo que podemos conhecer fora da ciência.

**Palavras-chave:** determinismo; dualidade corpo-alma; metafísica; psicofisiologia; psicologia experimental.

## Theodule Ribot: freedom in the face of heredity and memory

**ABSTRACT.** The French philosopher and psychologist Théodule Ribot was intended to establish an experimental psychology, namely a psychophysiology, and for that he needed to overcome the psychology based on the notion of mind. The traditional notions of immortal soul, consciousness, will, and free will, among others, are replaced by physiological phenomena. The aim of this article is to think the human freedom in a context where deterministic factors, such as heredity and memory, are preponderant. Ribot considers that the antithesis between determinism and freedom is insoluble in the scientific field, for it is a metaphysical question. However, psychology must renounce the metaphysics, and metaphysics must perish due to its own contradictions. There is, in Ribot's thought, skepticism about what we may know outside of science.

**Keywords:** determinism; experimental psychology; metaphysics; mind-body duality; psychophysiology.

## Introdução<sup>1</sup>

Théodule Ribot (1839-1916) foi um filósofo e psicólogo francês, considerado o pai da psicologia científica francesa. Atualmente, é pouco estudado, mesmo na França, sendo que o esquecimento de seu nome talvez tenha sido causado pela força do bergsonismo e da psicanálise, e também pela rejeição do positivismo e da transmissão dos caracteres adquiridos, fazendo com que seu pensamento fosse considerado ultrapassado. Assim, por que propusemos um artigo que versa sobre as idéias de Ribot? Há algumas razões que achamos que justificam essa escolha: em primeiro lugar, o contexto dos primeiros trabalhos de Ribot é aquele da luta da psicologia por sua autonomia em relação à filosofia, que tem como eixos a noção de alma e o

papel da metafísica; em segundo lugar, os trabalhos do psicólogo francês antecipam o que hoje são as principais questões da filosofia da mente de origem anglo-saxônica: a relação mente/cérebro, a causalidade mental e o problema da identidade pessoal e da natureza do 'eu' e, por último, a razão mais importante para minha pesquisa pessoal, mas não para este artigo: a influência que os textos de Ribot exerceram sobre a filosofia de Nietzsche, especialmente na construção da noção de vontade de potência e nas reflexões sobre a cultura. Segundo Gauchet (1992), quem se lembraria hoje do positivismo de Ribot se não fosse a importância de Nietzsche em nossos dias? De qualquer forma, pensamos que o trabalho de Ribot é bastante interessante, principalmente pelas questões que coloca sobre o desenvolvimento e a psicologia humanos e sobre a relação mente/corpo, merecendo, por isso, um estudo mais aprofundado. A proposta

<sup>1</sup> Este texto é a conferência apresentada no VIII Simpósio de Filosofia da UEM: Caminhos que se bifurcam: liberdade e determinismo, 2013.

do psicólogo francês de uma nova psicologia incluía ideias provenientes do associacionismo inglês, do evolucionismo e da fisiologia alemã. Contra uma psicologia metafísica, Ribot propunha uma psicologia científica ou experimental, ou seja, uma psicofisiologia. O objetivo deste trabalho é pensar a liberdade humana num contexto no qual fatores deterministas, como a hereditariedade e a memória, são preponderantes. Faremos essa discussão num segundo momento, pois inicialmente contextualizaremos o debate no qual o pensamento de Ribot se insere.

### A discussão do papel da Psicologia na França do século XIX

Na França, mais do que em qualquer outro lugar, a história da psicologia está ligada à história da filosofia (Nicolas, 2002). Na segunda metade do século XIX, o debate sobre o estatuto da ‘ciência da alma’ foi intenso: não eram apenas as questões de objeto e de método que estavam presentes, mas também a demarcação entre filosofia, psicologia e fisiologia. Outras questões importantes, no entanto, também permeavam as discussões, como os chamados ‘fatores externos’ da ciência: disputa de poder na universidade, prestígio, política e participação nas comissões que definiam os currículos das universidades e dos *lycées*.

Para entendermos melhor esse debate devemos recuar um pouco até a França do século XVIII. Apesar da forte presença do racionalismo cartesiano, o empirismo entra nas questões psicológicas através de Étienne Bonnot de Condillac (*Traité des sensations*, 1754): não há necessidade da alma, a sensação é o fato primeiro. Nessa época, entretanto, a psicologia já era conhecida como ciência da alma devido a uma tradução anônima abreviada da obra *Psicologia empírica* (1732), de Wolff: *Psychologie ou Traité sur l’âme que nous en donne l’expérience* (1745). O alemão Wolff divide a psicologia em duas: 1. Psicologia empírica: estabelecimento, por meio da experiência, dos princípios do que ocorre na alma humana, e 2. Psicologia racional: estudo filosófico das questões sobre a essência da alma, sua origem, imortalidade e relação com o corpo (*Psicologia racional*, 1734). Diderot, no verbete ‘*Psychologie*’ do *Dictionnaire raisonné des sciences, arts et métiers* (1765), considera a psicologia como parte da filosofia que trata da alma humana. Essa psicologia forneceria princípios às outras partes da filosofia (filosofia prática e lógica), ao Direito Natural e à Teologia Natural. A felicidade do homem dependeria do conhecimento da alma.

Durante a Revolução Francesa, surge a escola ideológica (Nicolas, 2002). Essa filosofia rejeitava a

palavra ‘psicologia’, já que essa ‘ciência da alma’ estava associada à metafísica e, portanto, ao Antigo Regime. Embora os ideologistas, como, por exemplo, Pinel, Bichat, Lamarck, se baseassem em alguns aspectos na teoria do conhecimento de Condillac, tinham como objetivo superá-la e reformar o entendimento humano de modo análogo ao das ciências matemáticas e físicas, apoiados na observação e na experiência. Ao invés das causas primeiras, conforme discurso do Conde de Tracy, na Academia de Ciências Morais, em 1796, o novo filósofo deveria buscar o conhecimento dos efeitos e de suas consequências práticas: no lugar de uma psicologia metafísica, a filosofia deveria ser uma ciência das ideias ou uma ideologia. Ideia aqui tem o sentido de conteúdo mental. O método ideológico propunha decompor os conhecimentos e reduzi-los a abstrações sucessivas, às partes mais simples e às suas relações. Nossas ideias seriam reduzidas às combinações de poucos elementos. Destutt de Tracy acreditava que a ideologia, para se tornar uma ciência independente e completa, deveria incluir a fisiologia, a patologia e o estudo dos animais, das crianças e dos loucos, e não se limitar apenas à análise psicológica. Ela, ainda, seria a primeira das ciências, já que as demais seriam constituídas por combinações de ideias.

Por volta da segunda década do século XIX, o pensamento psicológico metafísico reage mais fortemente por meio do ecletismo de Victor Cousin (Nicolas, 2002). Ecletismo porque anunciava como pressuposto uma paz e conciliação entre as doutrinas sem ser um sincretismo: uma escolha esclarecida pelo que elas têm de comum e verdadeiro, rejeitando o que têm de oposto e falso. Em *Fragments philosophiques* (1826; 2a ed.: 1833), Cousin define filosofia como a atividade de observação dos fenômenos e de sua generalização em leis por indução, sendo que o único campo de observação do filósofo é a consciência:

Entrar na consciência e estudar meticulosamente todos os seus fenômenos, suas diferenças e suas relações, esse é o primeiro estudo do filósofo; seu nome científico é psicologia. A psicologia é, portanto, a condição e como que o vestibulo da filosofia (Cousin apud Nicolas, 2002, p. 59, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Assim, o método fundamental para o filósofo é o da observação interna: isolar-se na consciência para se orientar por ela, pois ela é unidade e realidade.

<sup>2</sup> “Rentrer dans la conscience et en étudier scrupuleusement tous les phénomènes, leurs différences et leurs rapports, telle est la première étude du philosophe; son nom scientifique est la psychologie. La psychologie est donc la condition et comme le vestibule de la philosophie”.

Para tanto, é necessário a atenção para parar o movimento dos fenômenos do mundo mental.

Segundo Théodore-Simon Jouffroy, aluno de Cousin, a filosofia é a ciência do homem e a ciência do homem moral é a psicologia (Nicolas, 2002). Todos os atos do 'eu' são intelectuais: a inteligência é a única produção permanente da alma, e a vontade é apenas um modo dessa produção. O 'eu' é uma força inteligente, livre, simples e idêntica, e, da mesma maneira que a força é distinta da matéria, a alma é distinta do corpo. Em *Mélanges philosophiques* (1833), Jouffroy afirma que, para além dos fenômenos, há um princípio inteligente que se desenvolve continuamente, estabelece causas e abarca o visível e o invisível. A psicologia é a ciência que deve estudar esse princípio e, ao estudar a causa primeira, estuda o 'eu', porque quem diz 'eu' é o princípio inteligente, e também o homem, porque o homem é o que cada um de nós chama 'eu'. Esse homem é o homem verdadeiro, estudado pela psicologia, e não o animal-homem, composto por matéria e forças diversas, estudado pela fisiologia. O nome ideologia deve ser abandonado porque se refere a apenas uma parte dos fenômenos internos. Psicologia é o termo que deve ser usado, já que se refere à alma.

Um grande adversário da psicologia espiritualista é Auguste Comte (Nicolas, 2002). Esse filósofo considerava a psicologia cousinista anticientífica, e criticava fortemente o método da observação interior. No positivismo de Comte, a reforma social deve ser precedida pela reforma do pensamento. Esta última implica na renúncia ao conhecimento da essência das coisas e exige a prática da observação dos fatos empíricos e de suas relações invariáveis. Em *Cours de philosophie positive* (1830-1842), Comte classifica as ciências e, devido a seu valor experimental, considera cinco delas como principais: Astronomia, Física, Química, Fisiologia e Física Social (Sociologia), que devem ser produzidas uma após a outra na ordem apresentada. O filósofo positivista não dá lugar à psicologia, criticando-a severamente por dois motivos principais: a impossibilidade de observar-se a si próprio e a necessidade de se estender a psicologia ao animal. A filosofia, segundo Comte, não deve ser fundada sobre uma psicologia, pois há outras ciências mais adequadas: a fisiologia estuda as funções intelectuais de forma estática e a sociologia, de forma dinâmica. O pensamento positivista comtiano passa a prevalecer na França após 1850, com o Segundo Império.

A disputa entre espiritualistas e positivistas em meados do século XIX era apenas a principal entre várias outras correntes que se digladiavam entre si. Em meio aos conflitos acerca do papel da psicologia

e da filosofia, havia também a discussão sobre os currículos de filosofia na Universidade e no ensino médio. Reformas curriculares seguiam-se umas às outras e, propostas religiosas, espiritualistas e positivistas lutavam pela supremacia. Além disso, em 1860, há o aparecimento de fortes tendências materialistas na França, especialmente de inspiração alemã. Os principais aspectos desse materialismo eram a supressão da dualidade corpo/alma com ênfase no elemento corporal; a leitura fisiológica da teoria da conservação de energia e da matéria; e os ataques fisiológicos contra o vitalismo. Além dos ataques dos metafísicos, o materialismo era rejeitado pelos positivistas, que alegavam que não buscavam as causas primeiras e finais, que no caso do materialismo é a matéria.

É nesse quadro de disputa entre positivistas, espiritualistas, materialistas e suas inúmeras variações que surge a proposta de Théodule Ribot para uma psicologia independente da filosofia, isto é, da metafísica. Pensamos que essa disputa não se referia apenas ao estatuto da psicologia e sua autonomia. Nesse contexto, espiritualistas (eccléticos e dissidentes) se digladiavam com os científicos (ideológicos experimentalistas e fisiologistas positivistas). A psicologia concebida por Jouffroy era dominante na Sorbonne, onde não havia espaço para as ciências naturais e experimentais. O positivismo também sofria dissidências: a Escola ortodoxa (Pierre Laffite e o médico François-Eugène Robinet) e a Escola dissidente (Émile Littré). Esta última defendia uma psicologia em termos fisiológicos. Littré, em 1867, na revista *Philosophie positive*, usa o termo '*physiologie psychique*'. A Escola dissidente é a referência para aqueles que querem se apoiar nas ciências experimentais, mas não no positivismo, desenvolvendo-se uma psicologia com influência do associacionismo inglês (J. S. Mill, Bain, Herbert Spencer). Seus principais nomes: Hippolyte Taine e Théodule Ribot, são formados na escola ecclética, mas rompem com ela por meio das ciências naturais. É Ribot quem vai ser o responsável pela criação oficial da Psicologia experimental ou científica francesa, sem realizar ele mesmo um único experimento em laboratório ou uma única pesquisa clínica.

### A fisiopsicologia de Ribot<sup>3</sup>

A tese de doutorado em francês de Ribot (*Hérédité*, 1873) é a primeira a tratar da psicologia científica e foi defendida na Universidade de Paris,

<sup>3</sup> Nesta seção, os parágrafos sobre as noções de Ribot nas obras *A psicologia inglesa contemporânea* e *A psicologia alemã contemporânea* são semelhantes aos publicados em Frezzatti Jr. (2010).

onde foi aprovada com elogios, mas também com restrições a partes do conteúdo. Desde 1880, Ribot tenta estabelecer um curso de psicologia experimental nessa universidade, mas sofre resistências, pois, durante essa época, ela era dominada pelo que o psicólogo francês chama de ‘antiga psicologia’, isto é, a psicologia espiritualista e cousinista. Em 1885, consegue dar o curso, mas não tem sucesso para repeti-lo nos outros anos. Contudo, no *Collège de France*, instituição independente da universidade, Ribot recebe apoio do seu diretor Ernest Renan, que substitui a cátedra de ‘Direito da natureza e das gentes’ (*Droit de la nature et des gens*) do filósofo Adolphe Franck, espiritualista e aluno de Cousin, pela de ‘Psicologia experimental e comparada’ (*Psychologie expérimentale et comparée*) em 1888. A mudança foi feita em um contexto de reformas universitárias e em meio a uma intensa movimentação política no *Collège* e no meio universitário. O nome ‘experimental e comparada’ foi utilizado no lugar de ‘fisiológica’ para evitar as associações desta última com o positivismo e o materialismo, além de facilitar a disputa com outros candidatos no concurso da cátedra. Apesar da criação do ensino oficial de psicologia no *Collège de France*, Ribot, que era psicólogo teórico e filósofo, não pretendia estabelecer um laboratório. O psicofisiologista Étienne-Henry Beaunis criou o primeiro laboratório de psicologia francês na Sorbonne em 1889. Em 1885, Ribot e Charcot instituíram a *Société de Psychologie Physiologique*, e Beaunis era um dos membros fundadores (Nicolas, 2002).

As discussões acerca do caráter da psicologia e de sua relação com a filosofia e a fisiologia ocorriam também na revista fundada por Ribot em 1876: *Revue philosophique de la France et de l'étranger*. Na abertura do primeiro número, o psicólogo francês afirma querer abrir um espaço de debate para todas as escolas: positivismo puro, escola experimental (francesa, alemã e inglesa), criticismo kantiano e o espiritualismo (Ribot, 1876). Certamente, a escolha do título foi estratégica, pois, se houvesse escolhido o nome ‘*psychologique*’, talvez não tivesse conseguido efetivamente reunir artigos das várias correntes, embora a ênfase da revista seja mesmo a psicofisiologia.

Théodule Ribot, na introdução de *A psicologia inglesa contemporânea* (1870), faz a distinção entre a psicologia e a filosofia, sendo a primeira uma nova psicologia e, a segunda, inseparável de uma antiga psicologia, uma metafísica. A distinção é apoiada pela noção positivista de evolução: em sua origem, a filosofia era uma ciência universal que tinha por objeto o Todo, e não havia ciências independentes e

distintas: “Ela [a filosofia] parece esses organismos rudimentares nos quais a divisão fisiológica do trabalho ainda não ocorreu” (Ribot, 1870, p. 1, tradução nossa)<sup>4</sup>. Da mesma forma que nos embriões, a tendência natural ao progresso fez as ciências se diferenciarem e se separarem da filosofia: matemática, física, linguagem, moral. Mas a psicologia ainda se debate contra a metafísica por sua independência.

A palavra ‘filosofia’, para Ribot (1870), é confusa. No sentido comum, a filosofia é o estudo da alma: lógica (faculdade de raciocínio), moral (faculdade de querer e agir conforme uma lei) e Deus (causa primeira de todas as coisas). No entanto, as ciências já têm assumido partes desses estudos, exceto Deus. Assim, a filosofia trataria apenas da parte da alma que as ciências não tratam? As ciências particulares, ao se separarem da filosofia, deixam de lado uma série de questões não respondidas. Elas começam ao acaso e não sabem aonde vão chegar, porém sabem o que são. Para se tornar independente, a psicologia não deve perguntar o que é a alma. A condição fundamental da existência e do progresso das ciências é não buscar as causas primeiras. O futuro da filosofia é ser uma metafísica e nada mais: especulações gerais do espírito humano sobre os primeiros princípios e as razões últimas de todas as coisas. Seu objeto é o que as ciências não podem conhecer e o que se abstêm de discutir. Só assim continuará universal.

A psicologia é independente e diferente da filosofia, não pode ser a base da metafísica. Ela é o estudo puro e simples de fatos empíricos, não discute questões metafísicas. Analogamente à biologia e à física, que não perguntam o que é a vida e a matéria, ela não deve ter a alma como seu objeto. Apenas a psicologia experimental é psicologia, o resto é filosofia ou metafísica. Não devemos confundir os fenômenos psicológicos com especulações ontológicas: a alma não é conhecida imediatamente. A antiga psicologia estuda apenas a alma humana e, o que é pior, o homem adulto, branco e civilizado somente.

O único método utilizado pela psicologia metafísica é o da observação interior (Ribot, 1870). Entretanto, não é o único método psicológico, porque o que se passa em mim não me faz penetrar no espírito do outro. É necessário ultrapassar o caso particular para a psicologia se tornar objetiva. Não falta material para ela iniciar sua fase experimental: mecanismo das sensações, condições da memória, imaginação, associação de ideias, sonhos,

<sup>4</sup> “Elle ressemble à ces organismes rudimentaires où la division physiologique du travail ne s’est pas encore opérée”.

sonambulismo, êxtase, alucinação, loucura, idiotismo, história, raças, língua, relação entre o físico e o moral, etc. Estão dadas as condições da autonomia da psicologia: estudo constante dos fatos e a separação da metafísica, ou seja, não há discussão dos primeiros princípios. Seu método é, ao mesmo tempo, subjetivo e objetivo. Essa nova psicologia será totalmente experimental e não será nem espiritualista nem materialista, pois essas duas posições são metafísicas.

A ausência de um método objetivo na velha psicologia a impede de realizar uma psicologia comparada e de operar com a noção de progresso (Ribot, 1870). O estudo dos instintos, das paixões e dos hábitos dos animais, das crianças e dos selvagens só é possível pela abordagem exterior, por meio dos fatos materiais que os traduzem: não há acesso direto à consciência que lhes dá origem. As desordens mórbidas são fundamentais para esse acesso objetivo e, sem a noção de progresso, de evolução ou de desenvolvimento, não se pode estudar os seres vivos. Uma verdadeira psicologia deve abarcar todos os fenômenos psicológicos, e ela constata o que é e não prescreve o que deve ser, ou seja, não é uma moral.

Em *A psicologia alemã contemporânea* (1879), Ribot continua criticando a antiga psicologia metafísica e defendendo a autonomia da psicologia experimental (Ribot, 1879-2003). Agora, contudo, a ênfase está no aspecto fisiológico experimental da nova disciplina. Ao investigar a alma e outras abstrações do gênero, a velha psicologia refina tanto os detalhes que acaba agindo somente com e sobre palavras e conceitos, a realidade desaparece. As preocupações metafísicas e o abuso do método subjetivo e das abstrações paralisam os melhores espíritos. A fisiologia torna os fenômenos psicológicos mais objetivos, pois todo estado psíquico está associado a um estado nervoso. O princípio básico da psicologia fisiológica (*psychologie physiologique*) é “[...] todo estado psicológico determinado está ligado a um ou vários acontecimentos físicos determinados que conhecemos bem em muitos casos, pouco ou mal em outros” (Ribot, 1879-2003, p. XI, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Esse princípio torna possível a experimentação que investiga fenômenos e não essências abstratas e faculdades imaginárias. A psicologia passa a ligar-se à vida e aos seus mecanismos. O método experimental rigoroso permite estudar as variações do fenômeno da consciência e não a própria consciência, pois este último estudo é metafísico e não científico. A experimentação faz com que a psicologia progrida:

passa da fase descritiva à fase explicativa, pois não lhe é mais suficiente ser uma história natural, ela deve ser uma ciência natural.

Essa dependência não faz com que a psicologia seja absorvida pela fisiologia. Na concepção positivista do psicólogo francês, uma ciência superior necessita apoiar-se logicamente na inferior e, da mesma maneira que a fisiologia se utiliza da química sem se subordinar a ela, a psicologia usa a fisiologia. Ribot, no entanto, vê que a psicologia inteiramente fisiológica ainda é um acontecimento futuro. As lacunas do conhecimento fisiológico são muitas e o uso do método de observação interna continua tendo sua utilidade. Não há ainda pessoas suficientes para essa construção. Poucos psicólogos conhecem fisiologia e vice-versa. Na França, sobretudo, há muito que fazer porque a psicologia está nas mãos dos metafísicos, que insistem em ver o psicólogo como um filósofo e não como um naturalista. O progresso da fisiologia, acredita o psicólogo francês, vai preencher essas lacunas e sepultar de vez a velha psicologia (Ribot, 1879-2003).

Em suas críticas contra a metafísica, especialmente contra a noção de alma, Ribot ataca também os conceitos de consciência, memória, vontade e sujeito. O objetivo de sua famosa trilogia (*As doenças da memória* (1881), Ribot, 1881; *As doenças da vontade* (1883), Ribot, 1884; e *As doenças da personalidade* (1885), Ribot, 1888) é afastar os conceitos metafísicos de consciência (memória), vontade e sujeito (personalidade, indivíduo, eu), abordando-os como produtos históricos e não causas primeiras, como multiplicidades e não unidades, como relações e não essências. Ele constrói em suas teorias um campo quantitativo contínuo no qual o físico, o biológico e o psicológico (moral e cultural, inclusive) não são qualidades que se opõem, mas gradações de complexidade. Segundo o psicólogo francês, antes da fisiologia, a questão da relação entre corpo e alma era insolúvel porque era metafísica, mas os estudos fisiológicos mostraram que todo estado mental tem um estado físico correspondente (Ribot, 1873). A estratégia de Ribot é desprezar a relação entre duas substâncias (corpo e alma) e investigar a relação entre dois grupos de fenômenos: os fenômenos físicos ou fisiológicos: externos, inconscientes e submetidos ao tempo e ao espaço; e os fenômenos psicológicos: internos, conscientes e sucessivos. Mas o ponto chave é mostrar que a consciência não é a característica fundamental do psicológico e que os fenômenos psicológicos podem ser inconscientes. Assim, coloca-se o problema sob uma nova perspectiva. Na ação reflexa, há uma inteligência, pois é a adequação, específica e não

<sup>5</sup> “[...] tout état psychique déterminé est lié à un ou plusieurs événements physiques déterminés que nous connaissons bien dans beaucoup de cas, peu ou mal dans les autres”.

vaga, dos meios aos fins. Portanto, a ação reflexa é igual a qualquer ato psicológico, apenas sem consciência. Como o reflexo é a base de todo fenômeno psíquico, não há um único modo da atividade mental que também não seja inconsciente. No entanto, é impossível definir um limite entre os fenômenos fisiológicos e psicológicos e, em consequência, entre o físico e o moral. O físico e o psíquico diferem apenas quanto à maneira que são conhecidos: as ordens física e moral parecem diferentes na consciência, mas são idênticas no inconsciente, ou seja, a dualidade na consciência é unidade no inconsciente. O mundo forma uma série contínua de complexidade como resultado do processo de evolução: se os processos conscientes (psicológicos) são baseados no arco reflexo (inconsciente e biológico), os reflexos são constituídos por processos físico-químicos mecânicos (automáticos). Há uma continuidade entre o físico, o biológico e o psicológico, e seus limites não são determináveis. É nesse contexto que a liberdade deve ser investigada.

### Memória e vontade em Ribot

Ribot, em *As doenças da memória* (1881), investiga também a consciência, já que, para ele, a psicologia metafísica trata a memória de forma equivocada, como totalmente consciente. Ele vai mostrar que há memória orgânica inconsciente, como no caso dos movimentos automáticos primitivos e secundários. A consciência, portanto, não é a essência ou a propriedade fundamental daquilo que a filosofia chama de alma, mas é um acontecimento complexo que pressupõe um estado particular do sistema nervoso, construído por um processo evolutivo. A ação nervosa (orgânica) é a condição fundamental e não a consciência. Ela completa, mas não constitui o fenômeno psíquico, pois sem a consciência os processos orgânicos permanecem (Ribot, 1881). Um ser humano colocado numa situação em que faltassem todo e qualquer estado novo de consciência, ou seja, percepções, ideias, imagens, sentimentos ou desejos, transformar-se-ia em um autômato, pois o sistema nervoso organizaria toda a série de estados de consciência já existentes, tornando-a, com o tempo, inconsciente. Portanto, a consciência é supérflua. O que é consciente torna-se, com a repetição e o hábito, atividade automática localizada nos gânglios cerebrais, no bulbo e na medula espinal. A consciência e a localização exata das lembranças no passado são apenas aperfeiçoamentos ou complexificações de ações nervosas fundamentais por meio da evolução. Para Ribot, a memória, e podemos incluir aqui também a

consciência, é, por essência, um fato biológico e, por acidente, um fato psicológico.

A vontade, segundo Ribot (1884), é constituída por duas condições: a escolha e a ação. Há vários modos de ela atingir um estado mórbido, bastando uma das condições acima serem prejudicadas: um exagero da atividade automática, uma ideia fixa, uma falta de potência do impulso (*impulsion*) ou, ainda, uma falta de inibição (*arrêt*) do impulso. A vontade é uma coordenação hierárquica, um conjunto de relações que agrupa diferentes grupos de ações (reflexos, desejos, tendências racionais, etc.), sejam conscientes, subconscientes ou inconscientes (puramente fisiológicos): uma coordenação que subordina tudo que convirja ao objetivo a ser atingido, seja uma ação ou uma inibição. O caráter de um indivíduo é a expressão psíquica da vontade, e não de algo abstrato: sua unidade é a do consenso. Assim, a vontade não é a causa dos atos, mas apenas um estado mental. A origem da vontade está no que é o mais primitivo do indivíduo, na sua história evolutiva: ela não vem do 'alto', mas de 'baixo', ela é a sublimação de elementos inferiores. O fato mais primitivo que está em sua base é a irritabilidade, propriedade biológica inerente a toda matéria viva que permite uma reação contra as forças exteriores. A irritabilidade é a forma fisiológica da lei de inércia e é um estado de indiferenciação primordial que, por diferenciação (evolução), dá origem à sensibilidade e à motilidade, os dois grandes fundamentos da vida psíquica. No aspecto psicológico, a coordenação mais perfeita é aquela das mais elevadas vontades, dos grandes homens ativos, não importando o tipo de atividade: César, Michelangelo e S. Vicente de Paulo. O organismo desses homens tem um grau elevado de unidade enquanto coordenação de uma multiplicidade de tendências, sentimentos, imagens e ideias, o que produz estabilidade e potência (*puissance*).

A concepção de memória de Ribot considera que o hábito cristaliza comportamentos e que o grau variado de estímulos produz graus variados de automatização da ação humana. Além disso, a vontade não é livre. Embora não haja uma causalidade entre os estados da vontade, cada um destes tem como causa um estado fisiológico. Vontade e memória são em grande parte processos inconscientes, e não produtos de livre arbítrio.

### Hereditariedade em Ribot

É em sua tese de doutorado escrita em francês que Ribot vai tratar da hereditariedade, e é aí também que a discussão acerca da liberdade será mais explícita. Sua concepção de hereditariedade,

aliada a seu esforço de construir uma psicologia não metafísica, leva-o a considerar a partir dessa perspectiva temas tais como a moral, a cultura, a política e também o nosso tema, a liberdade. *A hereditariedade: estudo psicológico de seus fenômenos, suas leis, suas causas, suas consequências* (*L'hérédité: Étude psychologique sur ses phénomènes, ses lois, ses causes, ses conséquences*, 1873) é um extenso trabalho, como o título já sugere, dividido em quatro partes, além da introdução e da conclusão: Primeira parte – Os fatos: estudo da hereditariedade dos aspectos ligados aos fenômenos psicológicos, como instinto, memória, inteligência, sentimento, caráter e vontade; Segunda parte – As leis: investigação das leis da hereditariedade e suas exceções; Terceira parte – As causas: Ribot entende a hereditariedade como um caso particular das relações gerais entre o físico e o moral, e aborda a relação entre a hereditariedade psicológica e a fisiológica; Quarta e última parte – As consequências: discussão sobre a relação entre hereditariedade e evolução e sobre suas consequências psicológicas, morais e sociais. A liberdade é abordada especificamente no terceiro capítulo da quarta parte, ‘As consequências morais da hereditariedade’, em sua primeira seção, intitulada ‘A hereditariedade e a liberdade. O fator pessoal. Wundt e Bain. O caráter e a liberdade’. Nas seções do quarto capítulo, ‘As consequências sociais da hereditariedade’, em que são investigados o progresso e a hereditariedade nas instituições sociais e políticas, Ribot aborda a questão da relação entre as leis e a liberdade individual. Antes de apresentarmos a sua noção de liberdade, veremos as suas concepções centrais de hereditariedade.

Ribot (1873) conclui pela transmissão hereditária de vários aspectos considerados psicológicos: instintos, paixões, sede, fome, apetite sexual, perversões morais (avareza, roubo, homicídio, etc.), loucura, vontade, caráter nacional, entre outros. Duas noções devem aqui ser destacadas: a) a hereditariedade desses aspectos está fundamentada no princípio axial da psicofisiologia de Ribot: todo estado psicológico corresponde a um estado fisiológico, ou seja, todo estado mental – normal ou patológico – tem por condição um estado orgânico ou fisiológico; b) apoiado em Herbert Spencer, o psicólogo francês vê o Estado como um organismo e como tal está sujeito à evolução ou progresso, suas instituições são o aspecto visível da maneira habitual de pensar e sentir de um povo. Em sentido científico e empírico, e não metafísico, a hereditariedade é uma lei. Ela não pode ser vista como uma causa primeira, mas tem constância, fixidez, e pode ser reduzida a fórmulas não necessariamente matemáticas: “A hereditariedade é uma lei da

natureza viva, uma lei biológica, fatal e necessária, como as leis físicas, um princípio de conservação e de estabilidade” (Ribot, 1873, p. 513, tradução nossa)<sup>6</sup>. Sob a perspectiva empírica, as coisas só subsistem pela hereditariedade. Temos um axioma: semelhante produz semelhante. Isso não significa que essa lei seja invariável, certa e absolutamente necessária: onde as condições da lei não se realizam completamente, ela não atinge sua efetivação. Por ser uma lei da natureza viva, a hereditariedade somente em condições ideais produz a repetição contínua das mesmas propriedades. Nas condições extremamente complexas do ser vivo, nas quais várias leis se sobrepõem, se cruzam, se adicionam, se neutralizam, a semelhança é apenas aproximada. Talvez aqui tenhamos uma brecha para a liberdade ou livre arbítrio.

Para o psicólogo francês, a hereditariedade é apenas um caso particular do problema geral da relação entre o físico e o moral (Ribot, 1873). Isso equivale ao que atualmente chamamos de relação entre cérebro e mente, mas que, no pensamento de Ribot, também poderia ser chamado de relação entre os âmbitos fisiológico e psicológico. Esse destaque é importante, pois para o nosso autor os fenômenos psicológicos não estão centralizados no cérebro, mas são produtos de todo e qualquer tecido nervoso. A metafísica sempre ligou os fenômenos psicológicos à alma e impediu que se investigasse o sistema nervoso como condição física da moral e da psicologia. Com o desenvolvimento das ciências experimentais, a antítese entre as substâncias corpo e alma deu lugar à antítese entre dois grupos de fenômenos: a vida e o ‘eu’ (*moi*). A relação entre esses dois grupos de fenômenos deve ser investigada de modo experimental. Se a consciência não é a característica essencial dos fenômenos psicológicos, já que estes são também inconscientes em vários graus, o inconsciente deve ser investigado. Não há um único modo da atividade mental que não se realize sob a forma inconsciente e, conseqüentemente, se os fenômenos culturais são contínuos aos psicológicos e morais, assim como estes são aos fenômenos fisiológicos, os acontecimentos sociológicos são também inconscientes: um povo chega à consciência com a civilização, quando tem clareza de sua humanidade e de sua história. Os fenômenos que constituem a vida física e a vida mental formam uma série contínua: numa extremidade, inconsciência e pura fisiologia, na outra, consciência e pura psicologia, e a transição se faz por degraus insensíveis. Por serem

<sup>6</sup> “L'hérédité est une loi de nature vivante, une loi biologique, fatale, nécessaire, comme les lois physiques, un principe de conservation et de stabilité”.



constituídos, em última análise, pelos mesmos fenômenos, os processos de desenvolvimento dos indivíduos orgânicos, da espécie e da cultura são os mesmos: a consciência provém da inconsciência e a pressupõe. Enfim, a antítese entre o físico e o moral reduz-se àquela entre inconsciente e consciente. Há, no entanto, uma dificuldade intransponível: é impossível definir um limite preciso que separe o inconsciente e a consciência.

Os estados conscientes – e também os inconscientes – são formados por estímulos nervosos (Ribot, 1873). A corrente nervosa é uma onda e, portanto, intermitente, assim o estímulo não age continuamente sobre o centro nervoso, mas como uma série de pulsações. Pela síntese desses estímulos, os estados mentais são constituídos: sensações, sentimentos, etc. A síntese da diversidade de estados em uma unidade, a consciência, é, para Ribot, difícil de ser explicada. Ela deve ser pensada empiricamente e como uma unidade fisiológica. O ‘eu’, o sujeito pensante, enquanto unidade perfeita é apenas uma abstração teórica. Além disso, ela é efeito e não causa, pois nosso ‘eu’ é um agregado que se faz e se desfaz a cada instante. Há entre os estados mentais uma luta para chegar à consciência, e esta é apenas uma pequena parte do que se passa no organismo. A consciência ou personalidade é complexa e mutável, efeito das relações entre inúmeros estados mentais. Essa unidade, pensada empiricamente, é real ou uma abstração? A antinomia é insolúvel. Se supusermos que a unidade, o ‘eu’, é real, isto é, que tenha realidade fora dos fenômenos, fazemos uma abstração, pois rejeitamos a pluralidade fenomênica. Por outro lado, se supusermos que os fenômenos são reais e que o ‘eu’ é apenas uma resultante, anunciamos uma proposição paradoxal: os fenômenos que me constituem têm o duplo caráter de me serem dados como fenômenos externos e de me serem dados como meus. Se não houver algo que unifique esses fenômenos, eles me seriam tão estranhos quanto as nebulosas espaciais. O ‘eu’ e o ‘não-eu’ são termos correlativos como interno/externo: um não existe sem o outro. Sem a unidade da consciência, o conhecimento desaparece, não há pensamento. Este é o limite da ciência, pois estamos em face do desconhecido que está no fundo de nós mesmos. Só podemos aplicar aqui o método analítico, a redução aos elementos constitutivos. A análise não nos explica tudo, possibilita apenas conhecer as condições empíricas dos fenômenos. Essa é toda nossa ciência, mas nossa ciência não é tudo.

A separação entre fenômenos puramente fisiológicos e psicológicos promovem a redução de um ao movimento e de outro à sensação,

respectivamente. Nessa perspectiva, o problema da relação entre o físico e o moral passa a ser o da relação entre a vibração nervosa e a sensação (Ribot, 1873). A ciência experimental considera o problema insolúvel, mas não os metafísicos, sejam os materialistas, sejam os idealistas. Os materialistas consideram o movimento como a única realidade e não explicam a unidade do ser vivo. Para os idealistas, o pensamento é a única realidade, que está fora de toda experiência possível. Nenhuma das duas correntes tem sucesso em responder minimamente a questão. Outra possibilidade investigada por Ribot está baseada na lei de equivalência ou correlação das forças<sup>7</sup>: as forças naturais podem se transformar umas nas outras, calor, luz, eletricidade, magnetismo, afinidade química, etc. Assim, haveria também equivalência entre as forças mentais e nervosas, que se transformariam uma na outra, como propõem Herbert Spencer e Alexander Bain. Embora acredite que precisemos de mais dados empíricos para avaliar a teoria, Ribot considera que os dados existentes não são conclusivos e, principalmente, que o que parece haver entre o físico e o mental são correspondências e não transformações.

Ribot investiga ainda uma outra hipótese: a identidade entre os fenômenos físicos e morais (Ribot, 1873). Se admitirmos que, desde o inorgânico até o cultural, há uma série contínua de graus de complexidade, que o inconsciente abarca a imensa maioria dos fenômenos psíquicos e que o ‘eu’ é efeito e não causa, podemos pensar que a ordem física e a ordem moral que nos parecem distintas na consciência são idênticas no inconsciente. Ou seja, a dualidade consciente é derivada de uma unidade inconsciente: matéria/pensamento, objeto/sujeito e externo/interno são um. Contudo, essa é uma hipótese metafísica e transcende a experiência. Apesar disso, ela é defendida por homens que se dedicam à ciência da psicologia experimental, como o alemão Wilhelm Wundt. Embora defenda um paralelismo ou uma correspondência entre os fenômenos fisiológicos e psicológicos, o que inclui também a hereditariedade, o psicólogo francês afirma decisivamente que todo fenômeno psicológico tem um antecedente fisiológico. Não garante a certeza disso, o que dependeria de uma dedução rigorosa a partir de uma lei biológica, mas acredita que a experiência, isto é, o método dedutivo nos dá essa indicação de modo suficiente.

A hereditariedade psicológica, portanto, tem sua causa na hereditariedade fisiológica. Ela é uma forma

<sup>7</sup> Atualmente, a melhor palavra para se referir a essa noção é ‘energia’.

de crescimento análoga à divisão espontânea de uma planta unicelular de organização simples e pode ser considerada como a identidade na medida do possível, como um mesmo ser em vários outros (Ribot, 1873)<sup>8</sup>. A hereditariedade e a evolução são os dois fatores necessários para toda modificação estável no domínio da vida. A evolução, segundo Ribot, é a passagem do menos ao mais, do homogêneo ao heterogêneo, do uniforme ao multiforme, do menos coerente ao mais coerente, do indefinido ao definido. É uma lei universal que aponta para o desenvolvimento necessário do Cosmos, o seu aumento de complexidade. Se não houvesse hereditariedade, toda mudança seria transitória, desapareceria com o indivíduo, seria um acidente sem valor. Se não houvesse evolução, teríamos a conservação indefinidamente, tipos que estariam para sempre fixados, nada mudaria. Com a hereditariedade e a evolução, a vida torna-se possível, manifestando uma força criativa. Ao acumular pequenas diferenças, a hereditariedade produz grandes efeitos de mudança, criando novas espécies. No indivíduo, há uma luta entre a hereditariedade das características herdadas de seus progenitores e a hereditariedade das características adquiridas durante sua vida. Nessa luta, se a técnica, por exemplo, a educação, não interferir, a natureza deve vencer. O ser vivo se modifica sem parar devido a causas internas e externas. Sob forte influência da educação ou do meio moral, as características adquiridas se fixam e se estabelecem como uma segunda natureza que não pode ser diferenciada da primeira.

Embora frequentemente a evolução dos seres vivos implique em melhoramento e progresso, que em termos empíricos significa aumento de complexidade, Ribot nos alerta que, algumas vezes, temos enfraquecimento e declínio, que também se fixam por hereditariedade (Ribot, 1873). A hereditariedade também pode manter características que resultam em decadência, pois tudo que vive (inclusive a cultura) declina e morre. A decadência psicológica e moral, transmitida por hereditariedade, tem causa fisiológica.

### A oposição entre liberdade e hereditariedade

É nesse contexto que temos os pressupostos teóricos nos quais Ribot vai se apoiar para discutir a liberdade (Ribot, 1873). Hereditariedade e liberdade são termos contrários e irreconciliáveis. A liberdade

representa o que somos por meio de nós mesmos; a hereditariedade, o que somos por meio dos outros. Mais uma vez, e como não poderia deixar de ser feito, o psicólogo francês abordará o problema a partir do ponto de vista da ciência experimental. Pela via subjetiva, eu tenho o sentimento interno de minha liberdade, portanto, eu sou livre. Pela via objetiva, por meio dos fenômenos físicos e psicológicos e dos fatos históricos e sociais, vemos que tudo é regado por leis, portanto, a liberdade é uma ilusão. Ainda, se considerarmos que a consciência é apenas uma parte dos processos mentais, então a via subjetiva deve ser rejeitada. Além disso, o inconsciente pode ser mesmo a raiz da vontade. O mundo físico apresenta um determinismo universal, mas, se eu quero mover meu braço, eu o movo! Apesar disso, pondera Ribot, o que ocorre é que esse estado mental foi produzido por um estado orgânico, que dependeu de outros estados orgânicos, colocando-o numa cadeia determinista. O estado mental também depende dos estados mentais que o precederam, estando relacionados pelas leis da associação, que também são um tipo de determinismo. As investigações históricas e sociais fornecem mais apoio para a negação do livre arbítrio. Contudo, a estatística não pode nos dar certeza que as variações das médias de casamento, divórcios, assassinatos, etc., sejam regidas por leis. A questão da liberdade, para Ribot, é insolúvel. Tendo como ponto de partida essa situação, o psicólogo francês analisa as propostas de Alexander Bain e Wilhelm Wundt.

O escocês Bain, em *The emotions and the Will* (1859, Bain, 1865), propõe a existência de uma atividade espontânea nos centros nervosos como sendo um fato primordial de nossa natureza. Assim, teríamos uma base fisiológica do livre arbítrio. Ribot, entretanto, aponta que, se essa força nervosa espontânea é resultado da transformação de uma outra força física, torna-se difícil aceitar que essa espontaneidade escape das leis mecânicas.

Wundt, em *Vorlesungen über die Menschen und Thierseele* (Lições sobre a alma animal e dos homens, 1863; Wundt, 1863), tenta dar uma base psicológica à liberdade. Para o psicólogo alemão, há uma causa interior que as estatísticas não atingem: o fator pessoal (*der persönliche Faktor*), que é a essência da personalidade, o caráter. Esse fator é a única causa imediata da atividade voluntária, e como ele não se deixa captar por meio da análise causal, ele é como a coisa-em-si de Kant. Wundt ressalta a diferença entre caráter e motivo. O caráter é também inconsciente, enquanto o motivo é causa mediata e consciente. Embora possa ser neutralizado, o caráter é necessário, e o motivo pode ou não determinar a

<sup>8</sup> Ribot afirma que a biologia de sua época não tem uma explicação adequada da hereditariedade. Como hipótese, adota a teoria da pangênese, exposta, de forma provisória, por Darwin em *Variação dos animais e plantas domesticados* (1868), e suportada por Herbert Spencer em *Princípios de biologia* (1864-1867) (Ribot, 1873).

vontade. Ribot aceita os aspectos centrais da doutrina de Wundt: a psicologia experimental não dá conta do 'eu', do caráter, e a liberdade, do ponto de vista de sua essência, é um *noumeno*. O psicólogo francês supõe que o instinto de conservação seja esse princípio individual.

Mais uma vez a ciência atinge seus limites. O caráter, além de se inserir na metafísica por ser inatingível pela investigação experimental, caracteriza-se por uma origem paradoxal: cada pessoa é um indivíduo diferente, o que faz com que cada nascimento seja uma criação especial, mas, ao mesmo tempo, o caráter é produto das gerações anteriores, o que o coloca sob a determinação da natureza dos progenitores (a hereditariedade) e das circunstâncias do ato gerador. Assim, o caráter que poderia embasar o livre arbítrio é determinado pela hereditariedade, o que faz com que ele, assim como a liberdade, seja um enigma.

Há ainda um componente moral na discussão, já que a base da moral é a responsabilidade, que pressupõe o livre arbítrio. A hereditariedade suprime a noção de responsabilidade? As duas principais respostas consideradas por Ribot são as seguintes: 1) As tendências hereditárias não são irresistíveis: esses impulsos competem com os outros impulsos internos e externos, e podem ser vencidos por uma decisão da vontade; 2) As tendências hereditárias são irresistíveis: por exemplo, tendências ao crime e ao vício seriam determinantes. O ponto de vista do psicólogo francês é que, na luta entre liberdade e fatalidade, isto é, hereditariedade, a liberdade é frequentemente vencida.

A concepção de moral de Ribot ajuda-nos a entender melhor a posição da liberdade em seu pensamento. Para o psicólogo, a moral não é uma convenção, ela é natural, pois é uma condição de existência do homem, que só pode viver em sociedade (Ribot, 1873). E mesmo as sociedades mais simples devem viver sob determinadas regras de comportamento. A moral é imutável no seu fundamento e variável nos seus acidentes, porém, ainda segundo o autor, não temos dados experimentais suficientes para diferenciar quais aspectos são imutáveis e quais são mutáveis. No entanto, Ribot afirma que o imutável é a base de todos os atos morais e deve ser muito geral e abstrato, algo como 'busque o seu bem; busque o bem dos outros', que lhe parece uma fórmula natural. A parte mutável consiste na soma de ideias, juízos, raciocínios, lembranças, sentimentos, hábitos, preceitos e erros que variam conforme o tempo, o lugar, o povo e de um indivíduo a outro, segundo a evolução do espírito humano. Dessa forma, a parte mutável é apenas uma pequena fração de nossos

estados e ações morais. Se o ato moral compreende um grande número de ideias, juízos e sentimentos, isto é, de estados nervosos, e se a hereditariedade atua sobre o desenvolvimento da sensibilidade e da inteligência, então a hereditariedade tem grande influência sobre a formação dos hábitos e das ideias morais. Em outras palavras, a hereditariedade moral é apenas um caso particular da hereditariedade psicológica.

No pensamento de Ribot há uma continuidade entre os âmbitos inorgânico, fisiológico, psicológico, moral e cultural, sendo que o posterior é um caso particular do anterior. Esses âmbitos não se distinguem qualitativamente um do outro, sendo que podemos pensá-los numa escala quantitativa crescente de grau de complexidade da agregação de elementos inorgânicos. Por exemplo, o psicológico é uma agregação produzida pela evolução mais complexa do que o fisiológico. A hereditariedade ocorre em todos esses âmbitos, com exceção do inorgânico, do não vivo, apresentando-se sob duas formas: a) natural (fisiológico e psicológico); b) instituída (cultural), que tem sua base na hereditariedade natural. As características de necessidade, conservação e estabilidade também estão nas instituições humanas que, em ordem evolutiva, são: família, casta, nobreza e soberania (Ribot, 1873). E aqui, novamente, temos um antagonismo entre hereditariedade e liberdade.

Em relação à família, Ribot apresenta duas situações extremas: a) A hereditariedade prevalece sobre a liberdade do indivíduo: a conservação é forçada, geralmente há um pai sagrado, guardião de tradições imutáveis, e cada filho é sua encarnação; b) A hereditariedade é exceção, não lei: historicamente posterior ao primeiro tipo, há liberdade para negar as tradições familiares e para se dispor dos bens.

Ribot considera que nada é mais imóvel que as nações que produziram castas, já que toda legislação é hereditária. Em seu caso típico, temos as leis de Manu, na Índia. Mesmo assim, há espaço para a mudança: castas intermediárias tiveram que ser criadas na Índia, pois os acasos da vida e as paixões são mais fortes que a lei.

O psicólogo francês é muito crítico em relação à noção de nobreza, ou seja, à ideia de que existe um mérito acima do comum e que ele é transmitido à descendência: sua influência é mais má que boa, porque gera um sentimento de superioridade. A nobreza nasceu na adolescência dos povos de causas naturais, há desigualdade de talentos e de características, mas só a habilidade guerreira pode justificar essa elite: a nobreza não é um fato natural. Mesmo que admitamos que as supostas qualidades excepcionais sejam transmitidas, elas estarão sujeitas

ao enfraquecimento e à decadência. O enfraquecimento da hereditariedade é um acontecimento natural, pois várias outras características herdadas e adquiridas estão disputando sua permanência. Deve ser acrescentado também que, se acreditamos que características excepcionais são transmitidas, devemos acreditar que características execradas também o sejam, o que dá origem ao mito das castas impuras, das raças malditas, etc., com resultados sinistros.

Ao discorrer sobre a soberania, Ribot diz claramente que a oposição entre liberdade e hereditariedade é também central na ordem social. A evolução social faz com que o papel da hereditariedade como instituição política tenda a desaparecer. Devemos admitir, como bom espírito, que o ideal é que o indivíduo tenha a maior liberdade possível e que o governo tenha o menor poder possível; a liberdade do indivíduo deve ser limitada pela liberdade dos outros indivíduos. O único papel do governo é fazer respeitar esse limite.

Em sua discussão sobre os aspectos sociais, Ribot parece minimizar a hereditariedade para abrir espaço para a liberdade, pois ele afirma que a hereditariedade é uma lei natural da qual um povo se liberta mais e mais à medida que se civiliza (Ribot, 1873). Em sua noção de evolução progressiva, Ribot considera que esse progresso se dá em direção à liberdade: com o crescimento das civilizações, há uma luta entre progresso e hereditariedade. Além disso, já sabemos que não há uma correspondência perfeita entre causa e efeito na hereditariedade. Mas as características produzidas pela própria civilização também se consolidam através do hábito e passam a ser transmitidas aos descendentes. Há uma luta entre heranças que buscam expressão e estabilidade e não liberdade. Há várias possibilidades em jogo, mas não há liberdade no sentido que possamos escolher uma delas em determinado momento. A hereditariedade instituída, por ser mais complexa e necessitar de amplas condições para se cristalizar, parece ser também mais fraca que as outras, sendo que a natureza sempre tende a vencer. O próprio Ribot confirma essa interpretação, ao indicar que os progressos da psicologia experimental nos levam a pensar em um determinismo, e, conseqüentemente, os fenômenos sociais também seriam determinados. A necessidade está em tudo, e a hereditariedade é uma forma de necessidade. É inerente à organização dos seres vivos a imitação, repetir o que foi feito anteriormente, nada do que foi pode deixar de ser. Pela hereditariedade, estamos presos à cadeia de causas e efeitos. A hereditariedade é um caso particular da lei da conservação de energia da física.

Se nos limitamos ao determinismo, limitamo-nos aos fenômenos e deixamos de lado sua realidade última: onde há fenômenos, há determinismo; onde há determinismo, há ciência; e a ciência não ultrapassa o determinismo. O progresso da ciência pode até colocar melhor a questão da autonomia, mas não irá resolvê-la. Segundo Ribot, se há algo para além da ciência, é impossível determinar, porém, ao mesmo tempo, é algo necessário, não conhecido. No fundo, a antítese entre liberdade e determinismo é a mesma entre arte e ciência, indivíduo e sociedade.

### **Considerações finais: A situação aporética da questão da liberdade em Ribot**

A hereditariedade em Ribot aparece como uma complexa rede na qual se sobrepõem elementos fisiológicos, psicológicos e sociais, ou seja, naturais e institucionais. O psicólogo francês escreve em um período em que a genética é pré-mendeliana, em que o evolucionismo darwinista ainda não havia se juntado à genética mendeliana, período que alguns historiadores chamam de 'eclipse do darwinismo' (Bowler, 1992). Assim, temos uma mistura de características herdadas com características adquiridas, o que torna o quadro ainda mais complexo. Parece-nos que, para Ribot, somos todos autômatos em algum grau. A memória pode se fixar desde um modo dinâmico até um modo praticamente imutável. Se não temos experiências novas, os hábitos se consolidam cada vez mais, tornando-se inconscientes e fazendo parte de nossa estrutura nervosa, sendo transmitida a nossos descendentes. A tendência é fazermos tudo de forma automática, porém a multiplicidade de experiências permite a criação constante de novos hábitos. Quanto mais os meios naturais e artificiais mudarem, mais mudanças fisiológicas, psicológicas, morais e culturais ocorrerão. Poderíamos até concluir que se pode mudar, em casos extremos, a personalidade, entretanto estamos sempre presos ao princípio axial da psicofisiologia de Ribot: a todo estado psicológico corresponde um estado fisiológico – a mudança da estrutura corporal teria que preceder a mudança psicológica. De qualquer modo, isso não poderia se dar como uma pura decisão de livre arbítrio, já que nosso corpo está enredado numa cadeia causal.

O psicólogo francês parece sempre apontar a questão da liberdade para uma irreducibilidade à investigação, para um âmbito metafísico. A antítese entre determinismo e liberdade é insolúvel. Talvez aquilo que na consciência percebemos como oposição entre liberdade e determinismo teríamos como

indistinto na perspectiva do inconsciente. O que nos é dado exteriormente como ciência, sob a forma de determinismo, nos é dado interiormente como estética e moral, sob a forma de liberdade. Poderíamos pensar que Ribot relega à metafísica a solução do problema da liberdade. Mas isso nos parece ilusório, porque o esforço que ele faz para a independência da psicologia em relação à filosofia não é compatível com essa sugestão. Toda vez que Ribot menciona o que a metafísica pode produzir como conhecimento, ela é desvalorizada, como vemos na introdução de *A psicologia alemã contemporânea* (1879): a velha psicologia, por ser metafísica, baseia-se apenas na observação interior e rejeita as ciências biológicas, é falsa e deve perecer de suas próprias contradições; a psicologia deve renunciar à metafísica, e a metafísica deve renunciar à psicologia; se o psicólogo ficar apenas na metafísica, torna-se somente um poeta de um tipo particular, muito profundo, muito racional, mas apenas isso (Ribot, 1879-2003). Acreditamos que temos no pensamento do filósofo e psicólogo francês um ceticismo em relação àquilo que podemos conhecer fora da ciência.

## Referências

- Bain, A. (1865). *The emotions and the Will* (2nd ed.). London, UK: Thomas Hollis.
- Bowler, P. J. (1992). *The eclipse of Darwinism*. Baltimore, MG; London, UK: The John Hopkins University Press.
- Frezzatti Jr., W. A. (2010). Nietzsche e Théodule Ribot: psicologia e superação da metafísica. *Natureza Humana*, 12(2), 1-28. Recuperado de: [http://www.winnicott-naturezahumana.com.br/modules/mastop\\_publish/?tac=44](http://www.winnicott-naturezahumana.com.br/modules/mastop_publish/?tac=44)
- Gauchet, M. (1992). *L'inconscient cérébral*. Paris, FR: Seuil.
- Nicolas, S. (2002). *Histoire de la psychologie française: naissance d'une nouvelle science*. Paris, FR: In Press.
- Ribot, T. (1870). *La psychologie anglaise contemporaine (école expérimentale)*. Paris, FR: Librairie Philosophique de Ladrang.
- Ribot, T. (1873). *L'hérédité: Étude psychologique sur ses phénomènes, ses lois, ses causes, ses conséquences*. Paris, FR: Librairie Philosophique de Ladrang.
- Ribot, T. (1876). *La Revue Philosophique. Revue Philosophique de la France et de l'Étranger*, I, 1-4.
- Ribot, T. (1881). *Les maladies de la mémoire*. Paris, FR: Germer Baillière.
- Ribot, T. (1884). *Les maladies de la volonté* (2a ed.). Paris, FR: Félix Alcan.
- Ribot, T. (1888). *Les maladies de la personnalité* (2a ed.). Paris, FR: Félix Alcan.
- Ribot, T. (1879-2003). *La psychologie allemande contemporaine (école expérimentale)* (fac símile da edição original: Paris: Librairie Germer Baillière, 1879). Paris, FR: L'Harmattan.
- Wundt, W. (1863). *Vorlesungen über die Menschen und Thierseele*. Leipzig, GE: Leopold Voss.

Received on July 6, 2017.

Accepted on February 9, 2018.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.